



O documento foi entregue para CVM e BM&FBOVESPA008117FCA000020130100025065-79
008117ITR310320130100027140-7620/03/2013 08:4210/05/2013 17:17

Empresa

Código CVM: 00811-7
Nome: LOJAS HERING SA

Informações Trimestrais - ITR

Protocolo de Recebimento: 008117ITR310320130100027140-76
Protocolo Relacionado: 008117FCA000020130100025065-79
Tipo de Arquivo: Informações Trimestrais
Versão: 1
Data de Referência: 31/03/2013
Data de Entrega: 10/05/2013 17:17

ITR capeado pelos dados cadastrais do formulário cadastral V1 recebido em 20/03/2013.

****Atenção: A atualização desse protocolo no sistema EmpresasNet é automática. Caso essa atualização não ocorra automaticamente, o protocolo de recebimento deste documento deve ser atualizado no sistema através da função "Manutenção do Protocolo"!**

Imprimir

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	30
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	46
Preferenciais	85
Total	131
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo	30.525	30.530
1.01	Ativo Circulante	1.364	1.368
1.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	913	871
1.01.03	Contas a Receber	355	393
1.01.03.01	Clientes	355	393
1.01.04	Estoques	85	89
1.01.06	Tributos a Recuperar	2	1
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2	1
1.01.07	Despesas de exercícios futuros	7	8
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2	6
1.01.08.03	Outros	2	6
1.02	Ativo Não Circulante	29.161	29.162
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	31	32
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	31	32
1.02.02	Investimentos	28.774	28.763
1.02.02.01	Participações Societárias	25	22
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	24	21
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1	1
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	28.749	28.741
1.02.03	Imobilizado	323	334
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	323	334
1.02.04	Intangível	33	33
1.02.04.01	Intangíveis	33	33

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	30.525	30.530
2.01	Passivo Circulante	217	357
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	27	30
2.01.01.01	Obrigações Sociais	18	19
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9	11
2.01.02	Fornecedores	70	44
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	70	44
2.01.03	Obrigações Fiscais	92	147
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	90	130
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1	22
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Recolher	18	35
2.01.03.01.03	Imposto de Renda Retido na Fonte a Recolher	1	1
2.01.03.01.04	Outros	70	72
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2	17
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	4
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	4
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	4
2.01.05	Outras Obrigações	2	110
2.01.05.02	Outros	2	110
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	2	4
2.01.05.02.05	Parcelamento de Títulos	0	106
2.01.06	Provisões	26	22
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26	22
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	26	22
2.02	Passivo Não Circulante	26.388	26.299
2.02.02	Outras Obrigações	17.452	17.363
2.02.02.02	Outros	17.452	17.363
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias Refis	16.951	16.857
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	478	480
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	23	26
2.02.03	Tributos Diferidos	8.936	8.936
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.936	8.936
2.03	Patrimônio Líquido	3.920	3.874
2.03.01	Capital Social Realizado	17.359	17.359
2.03.02	Reservas de Capital	451	451
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-13.890	-13.936

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	586	555
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-240	-169
3.03	Resultado Bruto	346	386
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-208	-188
3.04.01	Despesas com Vendas	-68	-60
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-137	-123
3.04.02.01	Despesas Gerais/Administrativas	-101	-92
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-16	-11
3.04.02.03	Remuneração dos Administradores	-20	-20
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8	-5
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	138	198
3.06	Resultado Financeiro	-87	-98
3.06.01	Receitas Financeiras	27	19
3.06.02	Despesas Financeiras	-114	-117
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	51	100
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5	-12
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	46	88
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	46	88
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,35000	0,67000
3.99.01.02	PN	0,35000	0,67000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00000	0,67000
3.99.02.02	PN	0,00000	0,67000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	46	88
4.03	Resultado Abrangente do Período	46	88

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	61	88
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	171	204
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo do Exercício	46	88
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	15	11
6.01.01.04	Imposto de renda e Contrib.Social correntes provisionados	5	12
6.01.01.05	Despesas com provisão de juros sobre parcelamento de impostos	105	93
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-95	-81
6.01.02.01	Aumento(Diminuição)nos ativos	48	59
6.01.02.02	Aumento(Diminuição)nos passivos	-143	-140
6.01.03	Outros	-15	-35
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15	-13
6.02.02	Adições aos Investimentos	-11	-4
6.02.04	Adições ao Ativo Permanente	-4	-9
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4	-20
6.03.01	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	0	1
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-4	-21
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	42	55
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	871	570
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	913	625

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.359	451	0	-13.936	0	3.874
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.359	451	0	-13.936	0	3.874
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46	0	46
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46	0	46
5.07	Saldos Finais	17.359	451	0	-13.890	0	3.920

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.359	451	0	-15.543	0	2.267
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.359	451	0	-15.543	0	2.267
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	88	0	88
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	88	0	88
5.07	Saldos Finais	17.359	451	0	-15.455	0	2.355

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	676	615
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	674	636
7.01.02	Outras Receitas	5	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3	-21
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-286	-188
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-240	-169
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-46	-19
7.03	Valor Adicionado Bruto	390	427
7.04	Retenções	-15	-11
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15	-11
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	375	416
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27	19
7.06.02	Receitas Financeiras	27	19
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	402	435
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	402	435
7.08.01	Pessoal	69	64
7.08.01.01	Remuneração Direta	60	56
7.08.01.02	Benefícios	5	5
7.08.01.03	F.G.T.S.	4	3
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	116	113
7.08.02.01	Federais	82	85
7.08.02.02	Estaduais	22	20
7.08.02.03	Municipais	12	8
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	171	170
7.08.03.01	Juros	114	117
7.08.03.02	Aluguéis	6	6
7.08.03.03	Outras	51	47
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	46	88
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	46	88

Comentário do Desempenho

Comparativamente ao trimestre anterior, as vendas do varejo e os aluguéis do nosso Centro Comercial tiveram uma queda de 25,19%, devido a sazonalidade do período anterior. As receitas totais em comparação ao mesmo trimestre do exercício anterior tiveram um incremento de 5,98%.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto, a exploração do comércio varejista de malhas, confecções, outros artigos e produtos em geral; exportação e importação de bens de capital e consumo; arrendamento e locação de bens móveis e imóveis próprios.

2. Base de preparação

a. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A emissão das demonstrações trimestrais foi autorizada pela Administração em 24 de Abril de 2013 e não há eventos subsequentes a serem divulgados.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção das propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas informações trimestrais individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

1. Principais premissas e estimativas contábeis

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Notas Explicativas

Abaixo seguem as principais estimativas efetuadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixa previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

Impairment de ativos de vida útil longa

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento e estoques são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto ajustada a partir da taxa líquida Selic para que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3. Principais políticas contábeis

a. Reconhecimento de receitas e despesas

Receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras, de acordo com o período de competência em que incorrem.

As receitas de venda de mercadorias são reconhecidas quando a propriedade e os riscos inerentes ao produto são substancialmente transferidos para o cliente, quando o preço de venda é fixo e determinável, quando existe evidência de contrato de venda e quando a cobrança está razoavelmente assegurada. Uma receita não é

Notas Explicativas

reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

As receitas de aluguéis são reconhecidas com base na fruição dos prazos dos contratos. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos.

b. Instrumentos financeiros

i. *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente em sua data de origem. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro e uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como recebíveis.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelas mercadorias vendidas, bem como pela locação de suas propriedades para investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. Se o pagamento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

Na prática, as contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

Notas Explicativas

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Quando aplicável, as contas a receber de clientes, com vencimentos futuros, são descontados a valor presente pela taxa individual aplicada nos financiamentos próprios decorrentes de vendas a prazo.

ii. *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e outras obrigações.

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Estão demonstrados pelo valor de contratação, acrescido dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, diminuído dos pagamentos efetuados, o que reflete o seu valor justo.

iii. *Capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionário.

c. *Estoques*

Notas Explicativas

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condição existente.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de vendas.

d. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, mas não para venda no curso normal dos negócios, ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequente ao valor justo.

Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento.

O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos do material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

Quanto a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada com imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 09.

Anualmente, a Companhia reavalia suas propriedades para investimento para que o valor justo das mesmas reflita as condições de mercado à data do período de reporte.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Notas Explicativas

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

São depreciados pelo método linear do resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, como segue:

	Taxa anual depreciação
Móveis, utensílios e equipamentos	10%
Benfeitorias	4%
Veículos	20%
Outros	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de uma maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Redução do valor recuperável

Notas Explicativas

i. Ativos financeiros, incluindo recebíveis:

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda do valor recuperável dos ativos não financeiros.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, descontos obtidos de fornecedores e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, juros sobre atualização de parcelamento de tributos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Notas Explicativas

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

4. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas informações trimestrais de 31 de março de 2013 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito: é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança. A Companhia possui ainda, a provisão de crédito de liquidação duvidosa, no montante R\$ 246 (R\$ 243 em 31 de dezembro de 2012) para fazer face ao risco de crédito.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	31/03/13	31/12/12
Caixa e equivalentes de caixa	913	871

Notas Explicativas

Contas a receber de clientes	355	393
Total	<u>1.268</u>	<u>1264</u>

Risco de liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Em 31 de março de 2013, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

Risco de mercado: é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinada circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

Valor contábil	31/03/13	31/12/12
-----------------------	-----------------	-----------------

Instrumentos de taxa variável

Aplicações financeiras	819	798
Empréstimos	0	4

Risco Operacional: é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações trimestrais, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

b. Análise de sensibilidade

A Companhia não opera com derivativos. Possui apenas aplicações de liquidez imediata com rendimento que flutua de acordo com o CDI-Certificados de Depósito Interbancário.

Para atender a Instrução CVM 475/08, apresenta quadro demonstrativo com o montante aplicado, com rendimento mais provável (cenário I) com base nas taxas anuais atuais praticadas pelo mercado, bem como, dois

Notas Explicativas

outros cenários (I e II) com 25% e 50% de variação adversa na variável de risco considerada. O cenário considera um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, (rendimento do CDI), mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Os valores do saldo e dos cenários são indicados em R\$ mil e representam o rendimento anual esperado para o montante aplicado.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Cenário provável			
		Saldo(Cenário I)	Cenário II	Cenário III	
CDI – taxa Anual (%)		7,50	5,62	3,75	
	Aplicações de liquidez imediata	819	61	46	31

c. Instrumentos financeiros – valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2013 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento de ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	31/03/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	913	913	871	871
Contas a receber de clientes	355	355	393	393
Empréstimos	0	0	4	4
Contas a pagar a fornecedores	69	69	44	44

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

- a. Empréstimos – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os

Notas Explicativas

valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa	68	29
Banco conta movimento	26	44
Aplicações liquidez imediata	819	798
	<hr/>	<hr/>
	913	871

As aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, com possibilidade de resgate imediato remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário, em Instituições Financeiras renomadas.

6. Contas a receber de clientes

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Clientes no varejo	29	54
Contas a receber centro comercial	617	588
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(246)	(243)
Recebimentos a compensar	(45)	(6)
	<hr/>	<hr/>
	355	393

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada da seguinte forma: 100% dos aluguéis a receber em processos judiciais, e vencidos há mais de 6 meses.

Os recebimentos a compensar, referem-se aos cheques pré-datados recebidos a título de pagamento de aluguel.

7. Estoques

Em 31 de Março de 2013, o montante de R\$ 85 (R\$ 89 em 31 de Dezembro de 2012) refere-se a artigos de vestuário masculino, feminino e infantil para revenda, no setor de varejo.

Notas Explicativas**8. Outros**

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Depósitos para recursos judiciais	13	13
Adiantamentos a terceiros	19	19
	<hr/>	<hr/>
Total não circulante	32	32

9. Propriedades para investimento

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imóveis para locação	28.749	28.741
Outros investimentos	25	22
	<hr/>	<hr/>
	28.774	28.763

Em 31 de Março de 2013 a rubrica de imóveis para locação refere-se aos terrenos, edificações e instalações do Centro Comercial Shopping H, mantido para finalidade de locação.

Em 2012 a Companhia efetuou a avaliação de seus imóveis para locação, nos termos do ICPC 10 e CPC 28, através de profissional técnico, com o objetivo de reconhecer o valor justo de suas propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2012.

Para a determinação do valor justo o avaliador seguiu as recomendações das normas de avaliação NBR 14653-1:2001 e NBR 14653-2:2004 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foi considerado o método comparativo para a avaliação.

Abaixo segue resumo da movimentação ocorrida na rubrica de Imóveis para locação:

	<u>31/12/2012</u>	Adições	<u>31/03/2013</u>
Edificações	282	1	283
Ajuste de avaliação patrimonial em edificações	15.924	-	15.924
Instalações	41	1	42
Instalações centro comercial	781	6	787
Terrenos	1.353	-	1.353
Ajuste de avaliação patrimonial em terrenos	10.360	-	10.360
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	28.741		28.749

Notas Explicativas

Sobre os valores reconhecidos como ajuste de avaliação patrimonial a Companhia constituiu tributos diferidos nos termos do CPC 32 para demonstrar o valor líquido realizável na data de publicação, sendo esse em 31 de dezembro de 2012 como segue:

	31/03/2013	31/12/2012
Ajuste de avaliação patrimonial em edificações	15.924	15.924
Ajuste de avaliação patrimonial em terrenos	<u>10.360</u>	<u>10.360</u>
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	26.284	26.284
	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>8.936</u>	<u>8.936</u>
Ajuste de avaliação patrimonial líquido	<u><u>17.348</u></u>	<u><u>17.348</u></u>

10. Imobilizado

	<u>31 de Março de 2013</u>			<u>31 de Dezembro de 2012</u>		
	Depreciação			Depreciação		
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Móveis, Utensílios e Equipamentos	1.815	(1.692)	123	1.812	(1.687)	125
Benfeitorias	196	(193)	3	196	(193)	3
Veículos	266	(74)	192	266	(65)	201
Outros	8	(3)	5	8	(3)	5
	<u>2.285</u>	<u>(1.962)</u>	<u>323</u>	<u>2.282</u>	<u>(1.948)</u>	<u>334</u>

A depreciação é calculada com base nas seguintes vidas úteis:

Taxa anual de

Notas Explicativas

Descrição	depreciação
Móveis, Utensílios e Equipamentos	10%
Benfeitorias	4%
Veículos	20%
Outros	10%

A movimentação do imobilizado em 31 de Dezembro de 2012 é a seguinte:

	01 de Janeiro de 2012	Adições	Depreciação	31 de Dezembro de 2012
Móveis, Utensílios e Equipamentos	120	24	(19)	125
Benfeitorias	4	-	(1)	3
Veículos	241	-	(40)	201
Outros	6	-	(1)	5
	371	24	(61)	334

	01 de Janeiro de 2013	Adições	Depreciação	31 de Março de 2013
Móveis, Utensílios e Equipamentos	125	3	(5)	123
Benfeitorias	3	-	-	3
Veículos	201	-	(9)	192
Outros	5	-	-	5
	334	3	(14)	323

11. Parcelamento de Títulos

Em 28 de abril de 2010, a Sociedade comunicou por meio de fato relevante, que em 27 de abril de 2010, foi

Notas Explicativas

expedida a certidão do trânsito em julgado da sentença que julgou cumprida a concordata preventiva da Companhia. Para evitar a manifestação contrária do credor quirográfico Valuta Cobranças Ltda. EPP, a Companhia celebrou com aquela empresa, uma confissão de dívida reconhecendo a dívida no montante de R\$1.061.

O principal da dívida é atualizado mensalmente pela SELIC, sendo que os juros correspondentes estão sendo pagos também mensalmente.

Conforme termo de confissão de dívida, anualmente, a dívida deve ser amortizada, pelo valor mínimo de R\$ 106, podendo ser pago de forma cumulativa até o último dia útil de cada ano.

Até 31 de Março de 2013, a Companhia quitou todo o valor devido para os anos de 2012,2013,2014 e R\$ 53 referente ao ano de 2015, não constando assim nenhum valor aberto no passivo circulante (R\$ 106 em 31 de Dezembro de 2012)e no passivo não circulante possui o montante de R\$ 478 (R\$ 480 em 31 de dezembro de 2012).

12. Contas a pagar a fornecedores

Em 31 de Março de 2013 o montante de R\$ 70 (R\$44 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a contas a pagar a fornecedores de produtos para revenda do segmento de vestuário, materiais para reformas, e materiais de expediente.

13. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	31/03/2013	31/12/2012
Salários a pagar	9	11
Provisões 13º e férias com encargos	26	22
Multa FGTS sobre parcelamento	10	10
FGTS a recolher	1	2
INSS a recolher	7	7
	<u>53</u>	<u>52</u>

14. Obrigações Tributárias

<u>31/03/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante

Notas Explicativas

Impostos e contribuições	54	-	107	-
Parcelamentos - REFIS	38	16.951	40	16.857
	92	16.951	147	16.857

a. Impostos e contribuições

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
ICMS a recolher	2	15
ICMS Fundo Social a recolher	-	1
ICMS Funturismo	-	1
IRRF a recolher	1	1
ISQN a recolher	-	-
Contribuição social a recolher	1	8
Imposto de renda a recolher	-	14
PIS a recolher	3	6
COFINS a recolher	15	29
Taxas CVM	32	32
	54	107

As rubricas de Taxas CVM referem-se a valores devidos a título de taxas de fiscalização, atualizadas com juros e multa.

b. Parcelamentos – REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis, no âmbito da Lei 9.964, de 10.04.2000, parcelando os débitos tributários federais até então devidos e administrados pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional - PGFN, Secretaria da Receita Federal e Instituto Nacional de Serviço Social - INSS.

Como garantia do parcelamento, promoveu o arrolamento de bens (finalizado pelo processo nº 13971.000923-2010-14) sobre duas edificações e respectivo terreno, situado na Rua XV de Novembro, 759, Centro, Blumenau, SC, onde é a sede da Companhia e que está matriculado sob nº 22.110, no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Blumenau,SC. Na matrícula em que há o arrolamento, há inscritas penhoras judiciais relativas aos processos de execução dos tributos federais incluídos no referido parcelamento e, em razão do parcelamento, todas as execuções se acham suspensas.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 2000 que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Tributos federais	Total da dívida
----------------------	-----------------

Notas Explicativas

Natureza	PGFN	SRF	INSS	na adesão
Principal	1.090	173	2.431	3.694
Multa	231	35	805	1.071
Juros	1.362	60	1.790	3.212
Encargos	525	-	140	665
	<u>3.208</u>	<u>268</u>	<u>5.166</u>	<u>8.642</u>

Não foram utilizados créditos fiscais para amortização de multas e juros.

Até 31 de Março de 2013, foi pago o montante de R\$ 12 (R\$ 40 em 31 de Dezembro de 2012), referente às parcelas do REFIS federal. Os pagamentos são efetuados com base em 1,2% do faturamento mensal.

Em 31 de Março de 2013 a Companhia possui contabilizado no passivo circulante a título de REFIS federal o montante de R\$ 38 referente a 12 parcelas vencíveis em 2013. Com base na estimativa de faturamento efetuada pela Administração. O restante do saldo está classificado no passivo não circulante.

A atualização do referido parcelamento é efetuada mensalmente com base na Taxa de Juros de Longo Prazo "TJLP".

15. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de Março de 2013 registra no passivo não circulante, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial efetuado sobre as propriedades para investimento de posse da Companhia, como segue:

	31/03/2013	31/12/2012
Ajuste de avaliação patrimonial em edificações	15.924	15.924
Ajuste de avaliação patrimonial em terrenos	<u>10.360</u>	<u>10.360</u>
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	24.284	24.284
	34%	34%
	<u>8.936</u>	<u>8.936</u>

Conforme descrito na nota explicativa nº9, em 2012 a Companhia efetuou nova avaliação de seus imóveis para locação, nos termos do ICPC 10 e CPC 28, através de empresa especializada, com o objetivo de refletir em sua contabilidade o valor justo de suas propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2012.

Como resultado, a Administração reconheceu um ganho de avaliação patrimonial no montante de R\$ 1.901. Por conta disso, registra no passivo não circulante um aumento de R\$ 646 a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

16. PARTES RELACIONADAS

Notas Explicativas

Abaixo segue movimentação ocorrida no resultado:

	Custo/despesa	
	31/03/2013	31/03/2012
Compark	17	31
Condomínio Shopping H	90	109
	107	218

a. Custos Condomínio Shopping H

Os custos com o Condomínio Shopping H referem-se ao pagamento dos encargos comuns (condomínio) e despesas próprias das áreas desocupadas e das áreas ocupadas pelo varejo da própria Companhia, bem como a prestação de serviços de reparos (manutenção), melhorias, pinturas e conservação em geral das áreas próprias e locadas.

b. Despesas Compark

As despesas com a Compark referem-se ao pagamento do estacionamento de fornecedores, dos clientes do varejo da própria Companhia, caminhões de entregas e dos ônibus de turismo e prestadores de serviço de todas as áreas do centro comercial Shopping H, próprias e locadas, conforme acerto com os locatários

17. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Março de 2013 o capital social subscrito é de R\$ 17.359 (idem em 31 de dezembro de 2012), totalmente integralizado, representado por 46.272 ações ordinárias e 84.783 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2012).

18. SEGUROS

Em 31 de Março de 2013, a Companhia possuiu seguros conforme demonstrado:

Notas Explicativas

Seguradora	Riscos cobertos	Vigência apólice	máximo indenizável
Generali Cia de Seguros	Compreensivo empresarial	23.08.2012 à 23.08.2013	19.000
Generali Cia de Seguros	Compreensivo empresarial	23.08.2012 à 23.08.2013	3.850
Confiança Cia de Seguros	Automóvel	09.02.2013 à 09.02.2014	681
Chubb Seguros	Automóvel	23.12.2012 à 23.12.2013	823
Chubb Seguros	Automóvel	25.10.2012 à 25.10.2013	902
			25.256

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Blumenau, 26 de abril de 2013.

Lojas Hering S/A.
Cid Steinbach
Presidente
CPF: 642.173.619-04

Dúnamis Contabilidade Ltda EPP.
Claudinei da Silva - Contador CRC 21.429/O-0
CPF: 986.545.019-53

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e Acionistas da
LOJAS HERING S.A.
Blumenau – SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da LOJAS HERING S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410, - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado – (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demais informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 09 de maio de 2013.

ACTUS AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC-SC nº 001.059/0-7

Samir da Silveira - Sócio Responsável
Contador CRC Nº SC 024.199/O-1